

O
GOVERNISTA
PARAHYBANO

16 DE NOVEMBRO
DE 1850



O GOVERNISTA PARAHYBANO.

FOLHA OFFICIAL, POLITICA, E LITTERARIA.

O GOVERNISTA PARAHYBANO sahirá regularmente todos os Sabbados. — Subscreve-se para o mesmo nella Typographia. Preço da assignatura 1.000 rs. por um trimestre. Avulso 80 rs. As correspondencias, ou commu-nicações de que trata o Prospecto, relativos aos interesses politicos, moraes, e materiaes do Paiz serão entregues na Ty-pographia, e publicados gratuitamente.

PARTE OFFICIAL.

GOVERNO DA PROVINCIA.

Conclusão do expediente do dia 4 de Novembro de 1850.

— Ao commandante da companhia fixa determi-nando que fica sem effeito a ordem da Presidência de 31 do mez findo na parte que mandou assentar praça na companhia do commando de Sme. ao recrutar João Correa, vindo de Taquara, o qual será conservado em prisão até segunda ordem da Presidência.

— Ao subdelegado da Taquara em resposta ao seu officio de 30 do mez findo, quanto a primeira parte que não pode a Presidência mandar estacionar em sua subdelegacia as oito ou dez praças, que requisita para que possa fazer cumprir a disposi-ção da lei de 20 de junho de 1846, e seu regula-mento acerca dos generos exportados desta provin-cia para a de Pernambuco, cumprindo que Sme. em-pregue sua influencia, e use dos meios que as leis lhe facultão para conseguir o que lhe ordenou a Pre-sidência em officio de 16 do mez findo; que a se-gunda parte do dito officio fica satisfeita com a col-leção das leis provinciaes de 1846, que se lhe en-via, expedindo-se nesta data ordem a administra-ção das rendas para fornecer-lhe o caderno em bran-co para o lançamento das guias, conforme requisita.

— Ao inspector d'administração das rendas se or-denou a remessa do caderno acima.

— Ao subdelegado de Bananeiras que a Presidência recebeu em officio do delegado da Independência de 17 de setembro ultimo, respondendo aquelle delega a accusação que Sme. lhe fez de ter entrado em seu districto em deligencia, e tem a dizer que para regularidade do serviço a Presi-dência resolveu que toda a correspondencia das de-legacias, e subdelegacias seja feita por intermedio do chefe de policia, do que Sme. ja deve estar sei-çante, cumprindo que assim observe para ser con-siderada sua participação.

— Ao inspector da administração das rendas re-mettendo para os devidos effeitos o mappa da for-ça, e competências do corpo policial do mez de outubro findo.

— Ao mesmo em resposta ao seu officio de 29 do passado que a Presidência ficou satisfeita do ob-jecto do dito seu officio acerca da entrada que fez para o cofre o negociante Francisco Alves de Souza Carvalho da quantia de cinco contos de reis, va-lor de uma lettra saccada a favor do negociante de Pernambuco Manoel Gonsalves da Silva, tendo-se offerecido para entrar logo com o dinheiro antes de ser aceita, pelo que nenhuma commissão exigio aquelle Carvalho, que tambem se affereceu a em-possar algumas quantias ao cofre; cumprindo que Sme. agradecesse tanto um, como outro offereci-mento, louvando ao mesmo negociante pelo serviço, que desenteressadamente quiz prestar.

— Ao Dr. chefe de policia que constando a Pre-sidência que alguns individuos mal intencionados obstruão a parte da estrada de Tambau, da ponte do mesmo nome, em direcção a esta cidade, com paos, que cortarão, e atravessarão na mesma com o fim sem duvida de fazerem mal as pessoas que ali passavão a cavallo, ou mesmo a pé, e a riote, ig-norando o estado em que tinham posto a dita es-trada; cumpria que Sme. tomando competentemente as devidas informações declare qual o estrago assim feito, e as pessoas que o causarão, a fim de se poder providenciar como a caso pede.

— Ao subdelegado de Cabaceiras em resposta ao seu officio de 27 do mez findo que não pode ter lu-gar a authorisação pedida para José Maria Bandeira de Mello curar os enfermos atacados da febre, que grassa no termo, a custa do cofre publico, não di-zendo Sme. se elle é facultativo, ou individuo que quer especular com a desgraça publica; devendo Sme. com os meios a seu alcance providenciar para que o pobre povo na esperanza illusoria talvez, de ob-ter alivio a seus males, faça sacrificios penosos, como parece indicar o preço de 5\$ reis por que aquelle Mello vende as doses do seu remedio; e como con-venha tomar-se providencias para obstar o desenvol-vimento da febre, ordena a Presidencia que Sme. informe quanto antes em que districtos da subde-legacia tem apparecido, o numero dos acomettidos, os meios, a proporção entre estes, e os que succumbem, e as causas locais, que podem facilitar o progresso do mal; sendo assim que o Governo pode conciliar o que deve a humanidade com os bem entendidos interesses da fazenda publica.

NOVEMBRO 5. — Ao commandante da compa-nhia fixa em vista de sua informação a cerca do procedimento do soldado Joaquim Ferreira Conti-não da companhia de seu commando, que estando destacado na fortaleza do Cabedello, de la se ausentou sem licença do respectivo commandante, vindo apresentar-se a Sme., cumpria que a bem da regularidade, e disciplina dos corpos, fosse cas-tigado, logo que sair do hospital, a onde se acha recolhido por doente o dito soldado, o que Sme. deverá executar.

— Communicou-se ao commandante da fortaleza do Cabedello.

— Ao inspector d'administração de rendas determi-nando o pagamento da despesa feita na secretaria da Presidencia no mez findo, pelo porteiro, confor-me a conta que se envia.

— Ao commandante da companhia fixa auctorisan-do o a enviar para o serviço da companhia o ca-dete Francisco José do Rozario Junior, e o particu-lar Francisco Antonio Gonsalves de Medeiros, que se achavão estudando no lyceo, visto estarem em tempo de férias, cumprindo que informe a razão por que não incluiu no seu officio desta data, que tal auctorisação pede, o cadete Feliciano Quintino Ladislao Henriques que tambem frequenta as aulas do lyceo.

— Ao capitão Luiz Estanislao Rodrigues Chaves que determinando o Governo Imperial em aviso

do ministerio da guerra de 22 de outubro que para a defesa da fortaleza do Cabedello bastava ter dez a doze peças montadas, e providas da respectiva palamenta; a Presidencia ordena a Smc., que deste trabalho está incumbido, que escolhendo entre as peças da fortaleza, as que estão em melhor estado, destas, faça montar, e prover doze opportunamente.

— Communicou-se ao commandante da fortaleza.

— Ao inspector d'administração das rendas approvando as bases para arrematação do imposto das carnes, e dizimo do pescado para o anno de 1851, propostas em officio de Smc. datado de hontem.

— Ao mesmo mandando pagar a despesa feita no lyceo no mez de outubro findo.

— Ao professor de rhetorica do lyceo Manoel Porfirio Aranha que estando Smc. no exercicio de director interino por se ter de retirar ao termo do Pilar a serviço publico o professor mais antigo que tal emprego occupava Maurique Victor de Lima, cumpria que Smc. exercesse tambem o cargo de director geral da instrucção publica, rubricando os attestados com que tem os professores de receber o seu ordenado, até que se recolha a capital o mencionado professor.

— Communicou-se a administração das rendas.

— Ao agente da companhia dos vapores nesta cidade para que mande dar passagem para a corte no vapor *Bahama* ao capitão de mar e guerra Antonio Firmo Coelho, e a um seu criado.

— Ao inspector da thesouraria de fazenda mandando ajustar contas, e passar guia ao capitão de mar e guerra acima mencionado; a quem communicou-se estas ordens em resposta ao seu officio desta data.

— Ao Dr. chefe de policia remetendo para seu conhecimento e para distribuir por quem competente for, dez exemplares do regulamento do corpo policial.

— Na mesma data se remetteo um exemplar ao procurador fiscal d'administração das rendas.

— Ao inspector da thesouraria de fazenda remetendo a conta de uma ambulancia preparada para acudir ao flagello das febres no termo do Pilar, que tem feito muitas victimas, para ser paga ao pharmaceutico Antonio Thomaz Carneiro da Cunha, pela verba competente; sendo esta despesa feita sob a responsabilidade da Presidencia, e sem embargo do que dispoz o Governo Imperial em aviso do ministerio do imperio de 21 de setembro do corrente anno, acerca da cessação da despesa com este ramo de serviço.

Ao commandante do corpo de policia ordenando que mande apresentar-se hoje ao promotor publico desta comarca um soldado de cavalaria do corpo, do seu commando, que o deve acompanhar até a villa do Pilar, donde voltará deixando ficar o dito promotor.

— Ao delegado do termo do Pilar em resposta ao seu officio de 23 do mez findo que nesta data se envia uma ambulancia para que faça distribuir convenientemente os remedios mencionados na relação inclusa, pelos doentes affectados das febres, que diz Smc. tem feito estragos no seu termo; tendo em vista as instrucções da copia junta que ensinão o modo da applicação; não pode escapar a Smc. que esta medida é insufficiente para tão grande calamidade; e não podendo a Presidencia acompanhá-la de ontras, bem como o engajamento de um facultativo, recomenda-lhe muy instantemente que use de todos os meios á sua disposição, para fazer cessar o terror panico; que se accommeter os povos nestas funestas occurrencias, e que tão fatal lhes é; que empregue toda a sua persuasão, e influencia para que nas suas pessoas, casas e alimentos usem os habitantes de todas as cautellas necessarias; appello para a caridade dos ricos, para soccorrer

os pobres, dando Smc., como a Presidencia espera, o exemplo; e entenda-se com o vigario, e sacerdotes do lugar, não só para os mencionados fins, como para tomarem as providencias necessarias, para que o amontamento dos cadáveres não venha a ser mais uma causa de desgraça. Nunca é maior a influencia da religião, do que nas grandes calamidades, já appellando para o divino principio de caridade, já incutindo a resignação na vontade de Deos, e infundindo verdadeira consolação aos afflicto. Nesta data se officia ao reverendo vigario, respectivo recomendando-lhe que se entenda com Smc. para de accordo tomarem aquellas medidas indispensaveis para extirpação da febre amarella, ou para minoração de seus estragos.

— Ao director do lyceo que attribuindo Smc. no seu officio de hontem a falta absoluta, que se deu de alumnos para fazerem exames por occasião do encerramento das aulas do lyceo, ao diminuto numero de matriculas este anno, e á se haverem retirado alguns, que se achavam habilitados, para a cidade d'Olanda, onde foram fazer seus exames; cumpria que Smc. informasse circumstanciadamente quaes os motivos á que se possa attribuir tão insignificante numero de matriculas, e em que escala concorreu a ida de alguns alumnos para Olanda, para se não darem exames este anno aqui, pois que parece que isto quando muito concorreria para que deixasse de haver alguns exames, e não para se dar um facto verdadeiramente fenomenal, como Smc. diz no citado officio.

Evidente que não pode assim prestar o lyceo utilidade real, e torna-se um estabelecimento somente oneroso a provincia, e pois cumpre indagar todas as causas que lhe tem trahido a decadencia em que se acha, a Presidencia espera que Smc. as traga todas ao seu conhecimento, a fim de fazer cessar um estado de cousas tão desagradavel.

— Ao vigario da freguezia da villa do Pilar, que participando o delegado respectivo que inutilmente tinha ali reaparecido a febre amarella, causando estragos, e que já as capellas do lugar mal chegavam para os enterramentos, deu a Presidencia as providencias á seu alcance, enviando uma ambulancia para serem os remedios proprios distribuidos pela gente necessitada, e fez a companhia de instrucções dadas per facultativos para a conveniente applicação, uma vez que não é possível de presente fazer seguir um professor. Não é toda via isto sufficiente para occorrer a tão grande mal, e por isso a Presidencia recomenda muy instantemente a Smc. que unindo os seus esforços aos das autoridades policiaes do lugar, procure destruir o terror panico, que se a poderá dos povos nas grandes calamidades; lhes faça sentir a necessidade de acio nos seus corpos, casas, e alimentos, appellando para a caridade dos fins abastados para socorrer os desvalidos; e tome as providencias as mais aziaes para que o amontamento das sepulturas não venha a aggravar o mal. E nas copias calamitosas que a religião faz sentir, com mais efficacia o seu poder, por que a ella cabe invocar o principio da caridade, e incutir resignação na vontade de Deos; confiando a Presidencia que Smc. se compenetrará bem dos deveres, que tem a preencher para com o rebelho, que lhe foi confiado, nas suas horas de tribulação.

NOVEMBRO 6. — Ao inspector d'administração das rendas determinando que forneça ao commandante do corpo policial quatorze livros em branco, que elle requisita para execução do regulamento do mesmo corpo.

— Communicou-se ao major commandante em resposta ao seu officio de hoje.

— Ao vigario da freguezia de S. Rita que não tendo Smc. até hoje remettido o mappa estatístico da população livre, e escrava da sua freguezia, como foi exigido em circular de 20 de fevereiro do

corrente anno, e reiterada em 10 de julho ultimo, cumpria que sem perda de tempo enviasse a secretaria da Presidencia o mencionado mappa; dando entretanto a razão por que não ha cumprido as referidas circulars.

— No mesmo sentido aos vigarios d'Alhandra, Ingá, Mamanguape, Bahia da Traição, Independencia, Campina Grande, Pianco, e Taquara.

— Ao Exm. Presidente das Alagoas accusando a recepção do seu officio de 26 do passado acompanhado de um officio em original do chefe de policia d'aquella provincia sobre a apprehensão de nove africanos a bordo do patacho *Herminda*, e de uma copia do termo de fiança em favor do mestre do mesmo patacho a fim de poder seguir sua depota; cujos documentos vão instruir o processo que por igual facto se mandou instaurar nesta provincia.

— Ao Dr. chefe de policia que terao destino o recruta João José de Souza, e o desertor da companhia fixa do Rio Grande do Norte Antonio Gomes, vindos do Ingá, dos quizes trata Smc. em officio desta data e que a esculpa vai ser paga da desherencia de condueção.

— Ao Dr. chefe de policia para que inste pelo cumprimento da circular da Presidencia de 20 de fevereiro do corrente anno, que ordenou aos delegados da provincia a remessa do mappa da população livre, e escrava dos termos, e da circular anterior, até hoje não cumprida pelos delegados dos termos do Mamanguape, Independencia, Campina Grande, Pianco, e Ingá, aos quizes Smc. se refere no citado officio com brevidade assim os mencionados mapps, como a razão da falta de cumprimento desta ordem.

— Bateria d'alarmado de nenhum q'into a de 13 de julho do corrente anno, que nomeou ao baxarel José Maria Ferreira da Silva para o cargo de promotor publico da primeira comarca, visto não ter querido o dito baxarel aceitar a nomeação.

— Ao inspector da thesouraria de fazenda determinando o pagamento pela verba competente a este tempo confuzio a esta cidade recrutas da villa do Ingá.

— Ao mesmo approvando o contracto d'arrematação de dez peças de farlimento para os recrutas da companhia fixa, na conformação do termo de arrematação, cujo copia acompanha o officio de S. S. datado de hontem.

— Ao commandante da companhia fixa mandando que cesse o serviço por ser filho unico, a quem coexistis ascozes ao soldado da companhia do seu commando Albino José Alexandro.

— Ao delegado do termo de Pombal para que a Presidencia nesta data excedido 70 dias de licença ao professor de Ingá e Francês do lyceo Fr. Fructoso, para ir a provincia da Bahia durante as férias, sabendo que Smc. informou nesta data.

NOVEMBRO 7. — Ao Dr. chefe de policia revolvendo a prisão dos desertores da companhia fixa de a provincia Miguel Ferreira da Costa, João Manoel da Silva e Pedro Francisco Corrêa, que se achavam na ante de 5 do corrente, estando de guarda no quartel, e remettendo-lhe os signaes dos desertores para ser recommendada a captura em qualquer parte aonde forem encontrados.

— Ao mesmo para que informe acerca da demissão que pe o Antonio Rodrigues de Souza do cargo de promotor supleante do delegado do Pombal; desvendando Smc. scientificamente de que quando se dirigir a Presidencia o faça por seu intermedio, como foi ordenado sem 3 de outubro findo.

— Ao commandante superior da cidade e commando que foram engajados para o serviço da alvarenga no Governo os guardas Bernardino Maranhão Falcão, e Miguel Teixeira dos Santos; e que deve expedir ordem a quem competir para que elles fiquem dispensados do serviço do batalhão, a que pertencem, em quanto naquello exercicio estiverem.

— Ao promotor publico da primeira comarca remetendo para fazer o uso conveniente copias de um officio do chefe de policia das Alagoas acerca da apprehensão dos africanos ali encontrados, a bordo do patacho *Herminda*, e do termo de fiança, que presento o mestre do mesmo patacho para seguir sua viagem.

— Ao inspector d'administração das rendas em resposta ao seu officio de hoje datado submettendo a approvação da Presidencia as arrematações do imposto das carnes do Conde, e villas d'Alhandra, e Ingá, e o meio disimo do pescado dos municípios da cidade Conde, e Alhandra, que observando-se segundo diz Smc. no citado officio, que outros ranchos não foram accetios, sem duvida por acharem os licitantes excessivo o preço das bases, não pode a Presidencia conceber o motivo por que foi accetio o lance de 20 \$500 pelo pescado d'Alhandra, e em tais bases que a acompanharão o officio de Smc. de 1 do corrente, esse imposto está avaliado em 315 \$ reis, cumpria o por tanto que Smc. exponha os motivos, que o induziram a accetiar aquelle lance inferior a base, a fim de serem approvadas as ditas arrematações, caso sejam consideraveis taes motivos.

— Ao commandante da companhia fixa que a Presidencia responde ao seu officio de hontem, dizendo que a companhia fixa com as cautellas recommendadas a Smc. para evitar a deserção dos recrutas Manoel Ferreira da Costa, João Germano da Silva e Pedro Francisco Corrêa, o consentir que todos fiquem de guarda no quartel em um mesmo dia, e um dos de sentinella a noite no portão; assim como não pode a Presidencia conceber a vigilância que Smc. afirma do commandante da guarda, quando o desertor, não só a sentinella, como os seus outros, que devião estar recolhidos no corpo d'guarda, e de fexa o portão; pela que scient a Presidencia deste facto, e das providencias que Smc. toma para a captura d'elles, cumpria que a Presidencia circumstanciadamente de que maneira se effectuou a deserção, e se por negligencia, ou connivencia de algum individuo que nesta data se mandou a Presidencia a captura de taes desertores.

— Ao alferes commandante do destacamento do Pombal que existindo na villa de Santa Remigio, José Cavalcante de Alencar e companhia fixa que por estar com uma perna quebrada, não pode mais servir a esta cidade, com o estabelecimento, e foi a Presidencia em 7 de outubro ultimo ao capitão commandante do destacamento, hoje sob o commando de Smc., que socorresse aquelle soldado e mo sustentasse curativo necessario; e em tanto que essa despesa podesse exceder-se aos seus vencimentos, autorisado o dito capitão a servir-se para isso do soldo do destacamento, que tinha em si, certificando-lhe que na primeira occasião de remessa do soldo mto os vencimentos do soldado, para indemnização das despesas; o que se verificou em 15 do mesmo mez, segundo foi communicado ao mencionado capitão; mas tendo-se este retirado a capital, sem que taes ordens recebesse, e conste que o referido soldado continua a soffrir as maiores privações, a Presidencia reitera a Smc. como immediato ao commando do destacamento as citadas ordens, recomendando o seu exacto cumprimento, sob sua responsabilidade; e logo que o soldado milheiro, o fara chegar para a villa de Pombal aonde se conservará até que possa seguir a esta capital, continuando Smc. a receber seus vencimentos para lhos abonar, ou indemnizar o que tiver abonado.

— Ao delegado do termo de Pombal remetendo para informar com o que occorrer, e devolver, uma representação do soldado Remigio José Cavalcante, de que acima se trata, queixando se de privações, que tem soffido, por falta de seus vencimentos, e se communica o que acima se ordena ao commandante do destacamento, devendo Smc. informar

mar também sobre o cumprimento que ás recomendações da Presidencia dá o mencionado alferes commandante.

NOVEMBRO 8. — Ao inspector d'administração das rendas approvando as arrematações do meio di-simpo do pescado da cidade por 628\$500 reis, e o do Corde por 53\$ reis, e o imposto das carnes do con-de e Alhandra por 92\$ reis, e da villa do Ingá por 452\$ reis feitas pelos arrematantes e fiadores declarados no officio de Sme. datado de hontem; não sendo porem approvado o pescado d'Alhandra pela quantia de 201\$500 reis dado o engano que diz Sme. em officio de hoje, em resposta ao da Presidencia de hontem, houvera no acto de apreguar-se tal imposto, visto ser a base aprovada de 315\$ reis, pelo que a bem dos interesses da fazenda devia Sme. pôr de novo em praça o referido imposto.

— Ao inspector da thesouraria de fazenda exigindo as fés de officio dos officiaes da primeira e segunda classe do estado maior do exercito existentes nesta provincia; não se entendendo esta ordem com os tenentes da companhia fixa Claudino Agnello Castello Branco, e Francisco José do Rosario, por já existir na secretaria as suas fés de officio.

— Ao primeiro tenente de engenheiros determinando que se dirija ao lugar do edificio que servio de açougue publico desta cidade, e tome as medidas da frente, e fundo, examine a capacidade de suas paredes, e informe a Presidencia o que observar, declarando se julga o edificio capaz de ser elevado a sobrado.

— Comunicou-se á camara municipal da capital em resposta ao seu officio de 5 do corrente.

— Ao inspector da thesouraria da fazenda determinando que pague ao patrão da alvarenga a despesa da conta, que se remette feita com engajamento de dous remeiros, e aluguel de canoas.

— A camara municipal desta esdada que não é conveniente a applicação dos calcetas ao reparo, e limpeza das ruas, como lembra a mesma camara em officio de 5 do corrente, não só pela circumstancia de fuga dos ditos calcetas, como ha pouco aconteceu, e pouco producto de tracalho, como também pela pouca economia resultante, visto que cada gallo deve ser acompanhado pelo menos de um soldado, que faz falta ao serviço; cumprindo que a camara proponha outros meios de fazerem os reparos.

— Ao Dr. chefe de policia que a Presidencia fica sciente de ter sido solto por meio de fiança concedida pelo delegado o escravo Cornelio de Estevão Cavalcante de Albuquerque, que fôra preso pelo insulto feito á guarda da cadeia; cumprindo que Sme. apenas obtenha a informação, que diz ter pedido ao delegado, sobre o estado do processo, a communique a Presidencia.

— Ao commandante da companhia fixa determinando que mande preparar para seguir no segundo vopar que passar para o Sul depois desta data os seguintes cadetes e particulares da companhia do commando de Sme., os quaes vão para a corte em cumprimento ao aviso imperial do ministerio da guerra de 11 de setembro do corrente anno — Mathias da Gama Cabral de Vasconcellos, Francisco Severiano Benicio de Carvalho, Francisco Antonio da Costa, José Aureliano Xavier Bastos, José Bento dos Passos Lima, Francisco José do Rosario Junior, e Francisco Antonio Gonsalves de Medeiros.

— Ao chefe de policia accusando a recepção do seu officio de hontem communicando os barbaros, e horroresos assassinatos perpetrados no dia 13 do mez findo na villa de Piancó nos infelizes Joaquim Nuss de Magalhaens, e uma mulher que em sua companhia ia, sendo as victimas conduzidas presas ao lugar do crime por individuos que se fingião encarregados da policia; e que com quanto assevere Sme. que o delegado do termo prosegue nas indagações para descoberta dos criminosos, o que Sme. também

recomendou, cumpria que reiterasse essa recomendação, fazendo sentir que difficilmente se podem encobrir por muito tempo crimes para os quaes concorrerão tantas pessoas, e com tão grande publicidade.

— Ao promotor publico da segunda comarca remettendo uma representação de Antonio Gabino de Almeida Mendonça contra a camara de Campina Grande, por não ter esta cumprido as ordens do Governo acerca da eleição de veredores e juizes de paz da nova villa da Alagoa Nova, e a resposta dada pela dita camara a este respeito, para que visto que o negocio não está bem esclarecido, Sme. se dirija áquille lugar de Campina, e procure exactas informações do occorrido, exigindo os documentos que julgar necessarios de quem competente for, e informe a Presidencia circumstanciadamente com os esclarecimentos que sobre o objecto obtiver; devolvendo os documentos que se envião.

— Ao inspector d'administração das rendas approvando as arrematações do imposto das carnes do municipio d'Areia por 3:001\$ reis, da Independencia por 1:770\$ reis, de Souza por 231\$ reis, do Catolé por 31\$ rs. e de Piancó por 42\$ reis, dos quaes da Sme. conta em seu officio de 7 do corrente. E como não tem apparecido licitantes ao imposto dos mais municipios por estarem elevadas as bases, como Sme. informa, fica desde já autorizado a dar um abate razoavel, que não prejudique a fazenda, sendo de novo apregoado o imposto de taes municipios.

NOVEMBRO 9. — Ao mesmo remettendo para sciencia, e execução no que for possivel desde já, copia da lei do orçamento provincial para o anno de 1851.

— Ao chefe de policia que a Presidencia fica inteirada por seu officio de hontem numero 880 do assassinato perpetrado na madrugada de 15 do mez findo no districto da serra do Teixeira por Manoel de Aguiar em sua propria mulher, por suspeitas de incestuoso adulterio; e bem assim das providencias dadas para a captura do auctor de tão horrendo crime; e muito recomenda que Sme. reitere taes providencias para conseguir-se a prisão, devendo o delegado d'aquelle termo enviar as diferentes autoridades policiaes os signaes caracteristicos do assassino.

— Ao mesmo que sendo tomada em consideração a sua informação dada acerca da demissão pedida pelo primeiro supplente do delegado de Pomboal Antonio Rodrigues de Souza, que Sme. deve responder-lhe que não tem lugar a demissão pedida, visto ser conveniente, que elle, que é supplente do juiz municipal, e esta em exercicio, accuante ambos os cargos.

— Ao major commandante do corpo de policia que mande apresentar hoje as seis horas da tarde ao chefe de policia uma escolta de dez soldados de cassadores, e dous de cavallaria, competentemente municiados, sob o commando de um inferior de confiança, para seguirem em deligencia.

— Comunicou-se ao chefe de policia em resposta ao seu officio de hontem sob numero 882.

— Ao juiz municipal do Pilar para que informe se não ha réos processados no termo, que tenham de responder ao jury, e no caso affirmativo qual o destino dos processos respectivos; visto que acaba de communicar o juiz de direito da comarca, que tendo convocado o jury do dito termo para o dia 5 do corrente, não fuccionara o tribunal por não existirem processos preparados pelo juizo de Sme., que podessem ser submettidos a julgamento.

— Ao inspector da thesouraria mandando pagar a escolta vinda do Pilar os vencimentos pela condução de recrutas.